

ÍNDICE GERAL

NOTA À 11. ^a EDIÇÃO	5
ABREVIATURAS E SIGLAS	7
BIBLIOGRAFIA GERAL	11
ALGUMAS CITAÇÕES E OBSERVAÇÕES	21
INTRODUÇÃO	
NOÇÃO, OBJECTO E ÂMBITO DO DIREITO FISCAL	25
1. Direito financeiro, direito tributário e direito fiscal	27
2. Imposto, figuras afins e sistema fiscal	33
2.1. O conceito de imposto	34
2.2. Algumas figuras afins do imposto	42
2.2.1. A divisão dos tributos	42
2.2.2. As contribuições, as tarifas e as receitas parafiscais	48
2.3. Ideia sobre o sistema fiscal	54
3. Os momentos da vida do imposto	58
4. Algumas classificações dos impostos	62
4.1. Impostos directos e impostos indirectos	62
4.2. Impostos periódicos e impostos de obrigação única	68
4.3. Impostos reais e impostos pessoais	72
4.4. Impostos proporcionais e impostos progressivos	73
4.5. Impostos estaduais e impostos não estaduais	75
4.6. Impostos gerais e impostos especiais	78
4.7. Impostos principais e impostos acessórios	79
4.8. Impostos sobre o rendimento, sobre o património e sobre o consumo	80
	641

4.9.	Impostos fiscais e impostos extrafiscais	82
5.	Visão panorâmica do conteúdo do direito fiscal	82
6.	Natureza do direito fiscal	88
6.1.	A autonomia substancial do direito fiscal	88
6.2.	A autonomia científica ou didáctica do direito fiscal	93
6.3.	Referência ao direito aduaneiro ou alfandegário	93
7.	Relações do direito fiscal com os outros ramos de direito	96
7.1.	Direito fiscal e direito constitucional (Remissão)	96
7.2.	Direito fiscal e direito administrativo	96
7.3.	Direito fiscal e direito privado	99
7.4.	Direito fiscal e direito penal	109
7.5.	Direito fiscal e direito processual	110
7.6.	Direito fiscal e direito internacional	111
7.7.	Direito fiscal e direito europeu	114
7.8.	Direito fiscal e os novos ramos do direito	116
8.	O direito fiscal e outros saberes sobre impostos	122
PARTE I – TEORIA GERAL DO DIREITO FISCAL		129
CAPÍTULO I – O ORDENAMENTO JURÍDICO-FISCAL		131
§ 1 – AS FONTES DO DIREITO FISCAL		131
9.	A Constituição	131
9.1.	A natureza fiscal do Estado Português	133
9.2.	Os princípios jurídico-constitucionais da tributação	140
9.2.1.	O princípio da legalidade fiscal	141
9.2.2.	O princípio da segurança jurídica	149
9.2.3.	A proibição do referendo fiscal	153
9.2.4.	O princípio da igualdade fiscal	154
9.2.5.	A consideração fiscal da família	159
9.2.6.	O respeito pelos direitos, liberdades e garantias fundamentais	161
9.2.7.	O princípio do Estado social	163
9.3.	A coerência do sistema e o limite aos limites da tributação	164
9.3.1.	O princípio da coerência do sistema	164
9.3.2.	O limite aos limites da tributação	165
9.4.	O recorte constitucional do sistema fiscal	166
9.4.1.	O imposto sobre o rendimento pessoal	167
9.4.2.	A tributação das empresas	169

9.4.3. A tributação do património	178
9.4.4. A tributação do consumo	178
10. O direito europeu	179
11. As convenções internacionais	185
12. As leis	191
13. O costume	193
14. Os regulamentos	195
15. Os contratos	201
16. A jurisprudência e a doutrina	203
17. A codificação do direito fiscal	205
§2 – INTERPRETAÇÃO, INTEGRAÇÃO E EFICÁCIA DO DIREITO FISCAL	211
18. A interpretação das normas jurídico-fiscais	211
19. A integração das normas jurídico-fiscais	214
20. As cláusulas anti-abuso	216
21. A eficácia das normas jurídico-fiscais	221
21.1. A eficácia temporal	221
21.2. A eficácia espacial	223
CAPÍTULO II – A RELAÇÃO JURÍDICA FISCAL	233
22. O carácter complexo da relação jurídica fiscal	233
22.1. A complexidade da relação jurídica fiscal	233
22.2. Ilustração das obrigações ou deveres acessórios	238
22.2.1. Em sede do IRS e do IRC	238
22.2.2. Em sede do IVA	242
22.3. A obrigação fiscal	244
23. O sujeito activo da relação jurídica fiscal	247
24. O sujeito passivo da relação jurídica fiscal	249
24.1. Contribuinte, devedor do imposto e sujeito passivo	249
24.2. A personalidade e a capacidade tributárias	254
24.3. A representação legal, o mandato tributário e a gestão de negócios	257
24.4. O domicílio fiscal	258
24.5. O estabelecimento estável	260
24.6. O número de identificação fiscal	262
25. A substituição tributária	263
25.1. Noção e espécies	263
25.2. Regime jurídico	266

25.3. Ideia sobre a sua natureza	267
26. A responsabilidade tributária	268
26.1. A solidariedade tributária	268
26.2. A responsabilidade tributária	269
26.3. Alguns casos de responsabilidade tributária	270
26.4. A responsabilidade civil por multas e coimas fiscais	274
27. A transmissão da obrigação fiscal	275
27.1. A sub-rogação nos direitos da Fazenda Pública	276
27.2. A sucessão legal	277
27.3. A cessão de créditos para titularização	278
27.4. A cessão de créditos tributários pelos sujeitos passivos a terceiros	279
28. A extinção da obrigação fiscal	280
28.1. O cumprimento	280
28.2. Outros modos de extinção da obrigação fiscal	282
29. As garantias de cumprimento da obrigação fiscal	285
29.1. A garantia geral	285
29.2. As garantias especiais	285
29.3. O “fiscalismo” na garantia do credor fiscal	287
CAPÍTULO III – A ACTIVIDADE ADMINISTRATIVA FISCAL	293
30. Os órgãos da administração fiscal	293
30.1. Generalidades	293
30.2. A Autoridade Tributária e Aduaneira	295
30.3. Os órgãos de revisão e os órgãos e comissões de avaliação	297
31. O procedimento tributário	299
31.1. Ideia de procedimento tributário	299
31.2. Princípios gerais	302
31.3. O procedimento de liquidação	303
31.3.1. A dinâmica do procedimento	304
31.3.2. A tipologia da liquidação tributária	309
31.3.3. As operações da liquidação	310
31.3.4. A avaliação por métodos indirectos	311
31.3.5. Caracterização da liquidação	315
31.3.6. A natureza da liquidação	316
31.3.7. A fundamentação do acto tributário	317
31.3.8. A invalidade do acto tributário	318
31.3.9. A revisão do acto tributário	323
31.3.10. A revogação, ratificação, reforma, conversão e rectificação do acto tributário	324

31.4. A cobrança do imposto	325
32. A execução fiscal	326
32.1. Âmbito e competência	326
32.2. Tramitação da execução fiscal	328
33. Referência a alguns procedimentos especiais	333
33.1. Os procedimentos de informação vinculativa e de avaliação prévia	333
33.2. Os procedimentos de aplicação da cláusula anti-abuso e da elisão de presunções	335
33.3. O reconhecimento de benefícios fiscais (Remissão)	336
33.4. O procedimento de inspecção tributária	336
33.5. O procedimento de derrogação do dever de sigilo bancário	341
34. A crescente “privatização” da administração fiscal	343
34.1. O actual papel das empresas na administração dos impostos	343
34.2. A participação das empresas na disciplina da administração dos impostos	345
CAPÍTULO IV – AS GARANTIAS DOS CONTRIBUINTES	349
35. Introdução	349
36. Os meios não impugnatórios	352
36.1. O direito à informação	352
36.2. O direito à fundamentação e notificação	352
36.3. O direito à audição prévia	353
36.4. O direito à dedução, reembolso ou restituição de impostos	354
36.5. O direito a juros indemnizatórios e moratórios	355
36.6. O direito à redução de coimas	356
36.7. O direito à caducidade da liquidação e da garantia prestada e à prescrição da obrigação tributária	356
36.8. Direito à prescrição dos procedimentos e das penas criminais e contra-ordenacionais	357
36.9. O direito à confidencialidade fiscal	358
36.10. Outros meios não impugnatórios	358
37. Os meios impugnatórios administrativos e judiciais	359
37.1. Alusão à organização judiciária fiscal	359
37.2. Os actos impugnáveis	360
37.3. A impugnação de actos em matéria tributária	363
37.3.1. Impugnação de decisões de determinação da matéria tributável	363
37.3.2. Impugnação de decisões de correcção quantitativa da matéria tributável	366

37.3.3. Correção de erros da administração fiscal	367
37.4. A impugnação dos actos tributários	368
37.5. A impugnação de actos administrativos relativos a questões tributárias	370
37.6. Reclamação e recurso hierárquico contra actos da administração tributária	373
37.7. Reclamação através do pedido de revisão	375
37.8. A impugnação dos actos de autoliquidação, substituição tributária e pagamentos por conta	377
37.9. A impugnação de actos da fase administrativa do processo contra-ordenacional fiscal	379
37.10. A impugnação de actos da administração tributária em sede da execução fiscal	379
37.11. A impugnação de normas jurídicas tributárias	381
38. Outros meios jurisdicionais de garantia dos contribuintes	381
38.1. As acções	381
38.1.1. A acção para o reconhecimento de um direito ou interesse legalmente protegido	381
38.1.2. A acção de intimação para um comportamento	382
38.2. Os meios processuais acessórios	383
38.2.1. Os processos de acção cautelar	383
38.2.2. A intimação para a consulta de documentos e passagem de certidões	384
38.3. Outros meios processuais	384
38.3.1. Os recursos jurisdicionais	385
38.3.2. A execução de julgados	387
38.3.3. A revisão de sentença	387
38.4. A intervenção dos tribunais judiciais no domínio tributário	388
39. O processo de impugnação judicial	389
39.1. A tramitação do processo de impugnação judicial	389
39.2. Referência aos efeitos das sentenças anulatórias de actos tributários	393
39.3. Alusão à execução das sentenças anulatórias de actos tributários	395
 CAPÍTULO V – DIREITO ECONÓMICO FISCAL	 397
40. Noção e âmbito do direito económico fiscal	397
41. Os impostos extrafiscais	401
42. Os benefícios fiscais	404
43. A constituição, reconhecimento, transmissão e extinção dos benefícios fiscais	410

43.1. A constituição dos benefícios fiscais	411
43.2. O reconhecimento dos benefícios fiscais	411
43.3. A transmissão dos benefícios fiscais	414
43.4. A extinção dos benefícios fiscais	414
44. Alusão ao complexo panorama dos benefícios fiscais	416
CAPÍTULO VI – REFERÊNCIA AO DIREITO PENAL FISCAL	423
45. Considerações gerais	423
45.1. Noção e características do direito penal fiscal	423
45.2. A disciplina do direito penal fiscal	426
45.3. Ideia sobre a recente evolução do direito penal fiscal	427
46. Alusão ao fundamento da criminalização e ao bem jurídico protegido	429
46.1. Fundamento da criminalização das infracções tributárias	429
46.2. O bem jurídico protegido nas infracções tributárias	432
47. Ideia sobre os crimes tributários e o seu processo	434
47.1. Ideia sobre os crimes tributários	434
47.2. Ideia relativa ao processo penal tributário	438
48. Ideia sobre as contra-ordenações tributárias e o seu processo	440
PARTE II – O SISTEMA FISCAL PORTUGUÊS	445
CAPÍTULO I – EVOLUÇÃO E ESTRUTURA ACTUAL DO SISTEMA FISCAL PORTUGUÊS	447
49. No princípio era a dízima	447
50. A reforma fiscal dos anos sessenta	452
50.1. A tributação do rendimento	452
50.2. A tributação do património	453
50.3. A tributação do consumo	454
51. O quadro constitucional	454
51.1. A tributação do rendimento	454
51.1.1. A tributação do rendimento pessoal	454
51.1.2. A tributação das empresas	456
51.2. A tributação do património	456
51.3. A tributação do consumo	457
52. O sistema fiscal resultante das reformas recentes	457
52.1. A tributação do consumo	459
52.2. A tributação do rendimento	460

52.3.	A tributação do património	461
52.4.	O actual sentido do art. 104º da Constituição	462
53.	As receitas dos impostos	463
54.	A reforma fiscal permanente	464
54.1.	O fenómeno	464
54.2.	Referência a algumas alterações	465
54.3.	Alusão à recente reforma do IRC e do IRS	469
54.4.	A reforma da tributação do património	473
54.5.	Um olhar crítico sobre o sistema fiscal	475
54.5.1.	O “apartheid” fiscal	475
54.5.2.	A complexidade e instabilidade da legislação fiscal	477
55.	Os actuais desafios do sistema fiscal	481
55.1.	A concorrência fiscal prejudicial	483
55.2.	A tributação do comércio electrónico	488
55.3.	Um direito fiscal a montante dos Estados	492
CAPÍTULO II – VISÃO GERAL DOS IMPOSTOS PORTUGUESES		497
§1 – IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO		497
56.	O IRS	497
56.1.	Incidência	497
56.1.1.	A incidência pessoal	497
56.1.2.	A incidência real	499
56.2.	Delimitação negativa da incidência	508
56.3.	A determinação da matéria colectável	509
56.3.1.	As etapas de determinação da matéria colectável	509
56.3.2.	A determinação dos rendimentos empresariais e profissionais	511
56.4.	A taxa	513
56.4.1.	As taxas gerais	513
56.4.2.	Taxas especiais	514
56.5.	A liquidação e cobrança	516
56.6.	Tributação dos residentes não habituais	520
56.7.	Esquema de determinação do IRS	521
57.	O IRC	522
57.1.	Incidência	522
57.1.1.	A incidência pessoal	522
57.1.2.	A incidência real	522
57.1.3.	A extensão da obrigação de imposto	523
57.1.4.	O regime de transparência fiscal	526

57.2.	Isenções	529
57.3.	A determinação da matéria colectável	531
57.3.1.	A competência para a determinação da matéria colectável	531
57.3.2.	As modalidades de determinação da matéria colectável	533
57.3.3.	O resultado contabilístico	534
57.3.3.1.	O ponto de partida: o resultado líquido do período	535
57.3.3.2.	Referência aos princípios contabilísticos	537
57.3.3.3.	Os rendimentos e ganhos e os gastos e perdas	542
57.3.3.4.	Alusão à mensuração dos inventários, às depreciações e amortizações e às imparidades e provisões	544
57.3.4.	O lucro tributável	549
57.3.4.1.	A dependência parcial do direito fiscal face ao direito contabilístico	549
57.3.4.2.	As correcções ao resultado contabilístico	550
57.3.5.	O apuramento da matéria colectável	554
57.4.	Algumas situações especiais para combater a evasão fiscal	555
57.4.1.	O tratamento dos preços de transferência	555
57.4.2.	A imputação de lucros a sociedades residentes em países com regime fiscal privilegiado	557
57.4.3.	A correcção do valor de transmissão dos imóveis	559
57.5.	Outras situações especiais	560
57.5.1.	O regime especial de tributação dos grupos de sociedades	560
57.5.2.	O regime especial das fusões, cisões, entradas de activos e permutas de partes sociais	562
57.5.3.	A liquidação de sociedades e a transferência da residência	564
57.6.	A taxa	566
57.7.	A liquidação e cobrança	566
57.8.	Alusão à determinação do IRC das entidades não empresariais e dos não residentes sem estabelecimento estável	570
57.9.	Esquema de determinação do IRC	574
58.	A tributação autónoma em IRS ou IRC	575
58.1.	A tributação das despesas não documentadas	577
58.2.	A tributação das despesas de representação e com viaturas	577

§2 – IMPOSTOS SOBRE O CONSUMO	579
59. O IVA	579
59.1. Introdução	579
59.2. Incidência	583
59.2.1. A incidência pessoal	583
59.2.2. A incidência real	585
59.2.3. Facto gerador e exigibilidade do imposto	587
59.3. Isenções	588
59.4. A determinação da matéria colectável	590
59.5. A taxa	590
59.6. A liquidação e cobrança	591
60. O IVA nas transacções intracomunitárias	593
60.1. Introdução	593
60.2. Incidência do IVA nas transacções intracomunitárias	594
60.3. Isenções	596
60.4. A determinação da matéria colectável e a taxa	597
60.5. A liquidação e cobrança	598
61. Os IEC	598
§3 – IMPOSTOS SOBRE O PATRIMÓNIO	603
62. O imposto municipal sobre imóveis	603
62.1. Incidência	603
62.1.1. A incidência real	603
62.1.2. A incidência pessoal	604
62.2. Isenções	605
62.3. A determinação da matéria colectável	605
62.3.1. Valor patrimonial tributário dos prédios rústicos	606
62.3.2. Valor patrimonial tributário dos prédios urbanos	607
62.4. A taxa	609
62.5. A liquidação e cobrança	610
62.6. Adicional ao Imposto Municipal sobre Imóveis	611
63. O imposto municipal sobre a transmissão onerosa de imóveis	613
63.1. Incidência	613
63.2. Isenções	614
63.3. A determinação da matéria colectável	615
63.4. A taxa	615
63.5. A liquidação e cobrança	616
64. O imposto de selo	616
64.1. Os dois impostos de selo	616

ÍNDICE GERAL

64.2. Incidência	617
64.3. Isenções	618
64.4. A determinação da matéria colectável	619
64.5. A taxa	619
64.6. A liquidação e a cobrança	619
§4 – OUTROS IMPOSTOS	621
65. A taxa social única	621
66. Notícia sobre outros impostos	624
ÍNDICE DE MATÉRIAS	629
ÍNDICE GERAL	641

